



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 MAR. 2011

Plauto
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 161 / 2011

Súmula: Inclui o artigo 7A à redação da Lei
16.322 de 18 de dezembro de 2009.

Art. 1º Fica acrescido o artigo 7A à redação da Lei nº 16.322 de 18 de dezembro de 2009, nos seguintes termos:

Art. 7A – A rede farmacêutica fica obrigada a disponibilizar a população em geral, no âmbito do Estado do Paraná, recipientes, em local visível, para descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2011

André Bueno
ANDRÉ BUENO

Plauto
Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLADO Nº	4721
EM	03/03/2011
FUNÇÃOÁRIO	

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury

D.L.
Fls. 02


JUSTIFICATIVA


Este projeto de lei aqui proposto, tem por objetivo incluir um dispositivo a Lei nº 16.322/2009, disciplinando a questão do descarte dos medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso, sempre fazendo alusão ao bem-estar da população e do meio ambiente.

Ressalta-se que este Projeto de Lei visa adequar a Lei em questão, facilitando ao cidadão a visibilidade dos locais de descarte, evitando que este mesmo cidadão descarte os medicamentos em locais inadequados, uma vez que saberá da existência de recipientes apropriados para tal fim.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2011


Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual


ANDRÉ BUENO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 161/11

Projeto de Lei nº 161/11
Autor: Deputado Plauto Miró

Súmula: Inclui o artigo 7º a redação da Lei nº 16.322 de 18 de dezembro de 2009.

EMENTA: ALTERA A LEI QUE DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO FINAL E ADEQUADA À MEDICAMENTOS VENCIDOS. ALTERAÇÃO NO SENTIDO DE OBRIGAR REDE FARMACÊUTICA DISPONIBILIZAR RECIPIENTES EM LOCAL VISÍVEL, PARA DESCARTE DE MEDICAMENTOS VENCIDOS, ESTRAGADOS OU FORA DAS CONDIÇÕES DE USO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 207 CE. ARTS. 24, 196, 197 E 225 CF. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró visa incluir o artigo 7A à redação da Lei Estadual nº 16.322/2009, disciplinando a questão do descarte dos medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 20
[assinatura]

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 21

[Assinatura]

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente, da saúde e sua defesa, conforme o artigo 24, incisos VI e XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifos nossos)

Ainda, a Carta Magna dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 207:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Além disso, a Constituição Federal afirma que a saúde é um direito de todos e dever do estado, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, nos termos dos artigos 196 e 197:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 23

Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o Projeto de Lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO

RELATOR


HERMES



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 161/2011

O Projeto de Lei nº 161/2011, em análise, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães Filho e André Bueno, dispõe sobre a inclusão do artigo 7A à redação da Lei nº 16.322, de 18 de dezembro de 2009, que trata da responsabilidade das indústrias farmacêuticas de medicamentos e das farmácias, drogarias e drugstores, darem destinação final e adequada aos produtos que estejam com prazo de validade vencidos ou fora de condições de uso.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis emitiu parecer favorável à Proposição.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, avalia que o Projeto em exame visa obrigar a rede farmacêutica a instalar e manter em lugar de fácil visualização, recipientes que serão utilizados para as pessoas depositarem medicamentos impróprios para o uso, cuja medida também é uma forma de divulgar à população sobre a existência de local adequado para o descarte desses produtos.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em exame, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

Deputado DR. BATISTA
Presidente

Nelson Lauer

Marta Funch



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 161/11

Projeto de Lei nº 161/11

Autoria: Deputados PLAUTO MIRÓ e ANDRÉ BUENO

Objetivo: Inclui o artigo 7º à Redação da LEI Nº 16.322 de 18 de dezembro de 2009.

A gestão ambiental é um sistema de administração empresarial que dá ênfase à sustentabilidade. Desta forma, a gestão ambiental visa o uso de práticas e métodos que visem reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.

A Assembleia Legislativa neste sentido, tem a obrigação de fazer cumprir a Constituição Estadual que prevê em seu artigo 207 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais”.

Assim, como o Projeto 161/11, objetiva incluir um dispositivo a Lei nº 16.322/2009, para disciplinar o descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora de condições de uso, sempre visando as melhores condições de vida para a população e colaborando com a conservação do meio ambiente.

CONCLUSÃO

Desta forma, considerando que as Comissões Permanentes tem como dever principal, opinar sobre os projetos e sua utilidade prática para a população que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

32

representa na Assembléia Legislativa, o nosso PARECER É FAVORÁVEL, à sua aprovação.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 2.011

Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

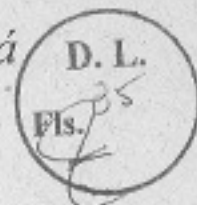
Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora

Elton

Hernas Jr.

Pedro Lapina



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ANÁLISE AO PROJETO DE LEI Nº 161 e 214/11

Projeto de Lei nº 161 E 214/11

Autores: Deputados PLAUTO MIRÓ, ANDRÉ BUENO E FÁBIO CAMARGO

Súmula: Inclui o artigo 7º à redação da lei nº 16.322 de 18 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o descarte de remédios vencidos e a obrigatoriedade da manutenção nas farmácias, drogarias e congêneres de uma lixeira especial para coleta desse material e dá outras providências.

Ementa: Altera a lei que dispõe sobre a destinação final e adequada a medicamentos vencidos. Alteração no sentido de obrigar a rede farmacêutica disponibilizar recipientes em local visível, para descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso.

PREÂMBULO

O presente projetos de lei, de autoria dos Deputados PLAUTO MIRÓ, ANDRÉ BUENO E FÁBIO CAMARGO dispõe sobre a inclusão do artigo 7º à redação da lei nº 16.322 de 18 de dezembro de 2009, dispõe sobre o descarte de remédios vencidos e a obrigatoriedade da manutenção nas farmácias, drogarias e congêneres de uma lixeira especial para coleta

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

desse material e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

O descarte de medicamentos vencidos é uma preocupação relevante para a saúde pública, pois podem ser considerados resíduos tóxicos de acordo com sua composição. Dependendo do grau de toxidade, podem causar contaminação no meio ambiente, por isso não podem ter a mesma destinação final de resíduos comum.

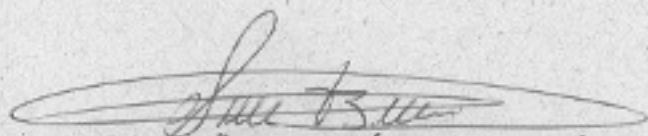
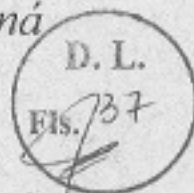
A contaminação do meio ambiente por resíduos químicos medicamentosos está diretamente associada aos seus aspectos qualitativos e políticas inadequadas de gerenciamento de resíduos, podendo ser proveniente dos grandes geradores de resíduos (indústrias químico-farmacêuticas), pequenos geradores de resíduos (instituições de ensino e pesquisa, hospitais, clínicas odontológicas, médicas e veterinárias) e micro geradores, que são residências e fazendas (ALVES, 2007)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A stylized signature of André Bueno, enclosed within an oval border.




COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PRESIDENTE DEPUTADO ANDRÉ BUENO.

Sala das Comissões, 9 de 11 de 2011.

Paraná

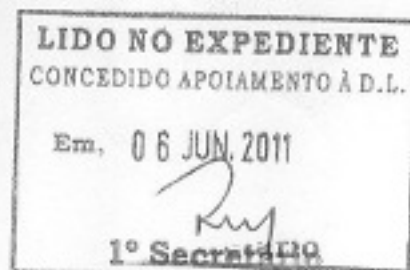
Nelson Garcia
Relator

Délio Genari





Projeto de LEI Nº 475 / DE 2011.



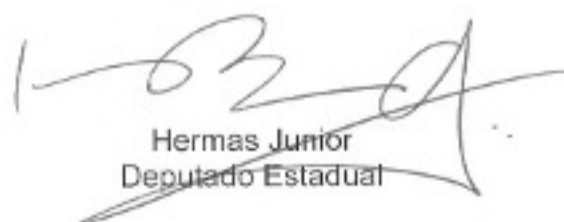
Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.723/2010.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 16.723 de 23 de dezembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O preço por unidade de medida deve ser exposto nas etiquetas onde esteja registrado o preço de venda do produto e ocupar espaço não inferior a 30% (trinta por cento) do tamanho da fonte do preço de venda do produto, desde que legível."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2011.


Hermas Junior
Deputado Estadual

15:11 06/06/2011 004871 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Justificativa.

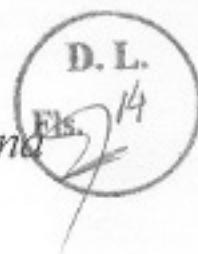
A presente medida tem o objetivo de garantir os avanços e conquistas dos consumidores, principalmente no acesso a informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor.

As novas tecnologias de etiquetas eletrônicas, que substituem na gôndola do autosserviço as etiquetas de papel, sem dúvida, estão vindo para facilitar a vida do consumidor com informações mais corretas, claras e precisas, corrigindo as deficiências do trabalho manual de trocas de etiquetas de papel. A partir desta tecnologia, que já estão disponíveis nos supermercados paranaenses, os preços passam a ser alterados automaticamente pelo computador central da loja de forma simultânea, facilitando a vida do consumidor.

Da forma como está redigido o artigo 2º da Lei 16.723/2010, não seria possível utilizar esta tecnologia, vendida mundialmente e que vem com campos pré-formatados. Da mesma forma, a nova redação visa dar maior clareza e precisão ao novo texto, com a inclusão na redação dos dizeres "desde que legível".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 475/11

Projeto de Lei nº. 475/11

Autor: Deputado Hermas Júnior.

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº. 16.723/2010.

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010 QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO SEM INTERVENÇÃO DO COMERCIANTE. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI 8.078 DE 1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Júnior tem como intuito dar nova redação ao artigo 2º da Lei n.º. 16.723/2010, a qual objetiva garantir os avanços e conquistas dos consumidores, principalmente o acesso à informação correta, clara e precisa, mais especificamente no que diz respeito as etiquetas eletrônicas que estão sendo implantadas nos comércios do Estado do Paraná.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente cabe ressaltar que a Lei objeto da alteração, foi elaborada pelo então Deputado Wilson Quinteiro, no ano de 2010, fazendo com que os consumidores tenham acesso direto e visível dos preços dos produtos.

O processo legislativo no qual se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 63, inciso III, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O artigo 6º da **LEI 8.078 DE 1990**, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



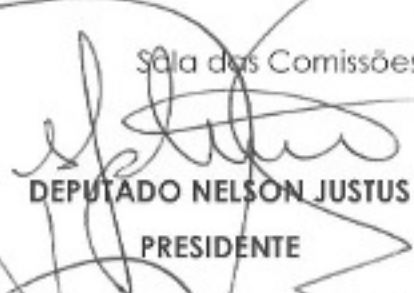
Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de Agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 475/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Hermas Junior a alteração da Lei no. 16.723/2010, no sentido de reduzir o percentual do tamanho da fonte do preço por unidade de medida, com relação ao preço de venda do produto, de 50% (cinquenta por cento), para 30% (trinta por cento).

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que, com a chegada de novas tecnologias, referida proporção inviabilizaria a adoção de tais medidas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Assim, é o parecer FAVORÁVEL à provação do Projeto de Lei 475/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

DEPUTADO PARANHOS

Presidente

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO

Relator

[Assinatura]
Pedro Lupion

[Assinatura]
Péricles de Mello



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER PROJETO DE LEI Nº 475/11

AUTOR: DEPUTADO HERMAS JÚNIOR

SÚMULA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 16.723/2010

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR

REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723/2010, QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO.

PREÂMBULO

REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723/2010, QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO.

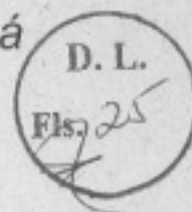
FUNDAMENTAÇÃO

COMO O PROJETO DE LEI EM QUESTÃO NÃO ESTÁ ELENCADE NO ROL DE EXCLUSIVIDADE DO GOVERNADOR, A MESMA POSSUI A LEGALIDADE NECESSÁRIA PARA QUE TENHA APROVAÇÃO.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado André Bueno



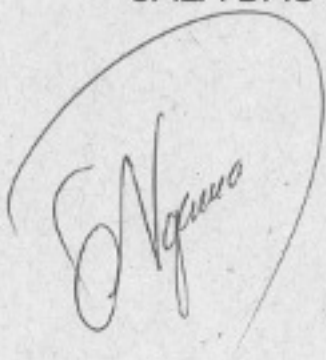
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO
DO PRESENTE PROJETO DE LEI POR ESTAREM
PRESENTES TODOS OS REQUISITOS
CONSTITUCIONAIS DA TÉCNICA LEGISLATIVA.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


RELATOR LEONALDO PARANHOS

SALA DAS COMISSÕES, 09 DE NOVEMBRO DE 2011





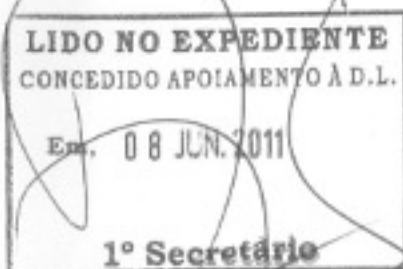
DEP. NEY LEPREVOST
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

02

PROJETO DE LEI N.º 432/11



EMENTA: Estabelece que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

Art. 1.º - Esta lei estabelece que operadoras de telefonia celular e fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários de que o uso excessivo desses equipamentos pode causar câncer.

§ 1.º - A propaganda desses equipamentos nos meios de comunicação deverá conter advertência escrita e, quando se tratar de rádio e televisão, escrita e falada, com o seguinte conteúdo: "ADVERTÊNCIA: O uso excessivo de aparelhos de telefonia celular pode causar câncer".

§ 2.º - As embalagens, os pôsteres, os painéis e os cartazes que façam difusão ou propaganda de aparelhos, planos e promoções vinculados a telefonia celular deverão conter a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 3.º - O texto da advertência referido no § 1.º deverá estar afixado em local de fácil visualização e com tamanho compatível com as dimensões do objeto.

Art. 2.º - O descumprimento do disposto no artigo anterior implicará na aplicação de multa às operadoras de telefonia celular e fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por produto comercializado ou lote produzido ou peça publicitária veiculada no Estado do Paraná, acrescida de um terço na reincidência.

Art. 3.º - A fiscalização do cumprimento desta lei e de seus regulamentos fica sob responsabilidade dos órgãos de defesa do consumidor do Estado e dos Municípios.

Art. 4.º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 03

Art. 5.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

Primeiramente vimos salientar a constitucionalidade da presente proposição, uma vez que se tenciona com esta defender o direito à informação por parte dos consumidores, no que dispõe a carta magna:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.(...)"

Consoante a matéria veiculada na Gazeta do Povo em 1.º de junho de 2011, fls. 4, do caderno Vida e Cidadania, editor responsável Sérgio Luis de Deus: "Telefones celulares podem causar câncer". A conclusão está em um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ontem na França e vem ao encontro de hipóteses levantadas por diversos pesquisadores na última década. O estudo realizado por uma equipe de 31 cientistas de 14 países analisou centenas de pesquisas sobre as consequências da exposição a campos eletromagnéticos, como os emitidos pelos aparelhos celulares. O relatório completo sai no dia 1.º de julho no site da revista científica *The Lancet Oncology*, internacionalmente reconhecida por reunir pesquisas da área oncológica.

Segundo o estudo da OMS, o uso de celular possivelmente leva a casos de glioma (um tipo de câncer no cérebro) e neuroma do acústico (um tumor benigno entre o ouvido e o cérebro).

"A OMS demorou muito para lançar este alerta, um tempo importante se considerarmos que há mais de 5 bilhões de usuários de celulares no mundo", diz o professor doutor Álvaro Augusto Almeida de Galles, da Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pesquisa os efeitos biológicos das ondas eletromagnéticas desde a década de 1980. "Há na literatura



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 04

científica internacional pesquisas que cobrem os efeitos de 8 a 10 anos de exposição à radiação de celulares por pessoas que usam mais de 30 minutos por dia – dando conta de que há entre eles maior probabilidade de tumores."

Ainda segundo o professor doutor Álvaro Augusto Almeida de Salles, a situação das crianças é mais crítica em relação ao uso de celulares. "Os telefones são inadequados a crianças porque são certificados para modelos de adultos que pesam 120 quilos e têm 1,95 m ou seja, com uma cabeça muito maior do que a das crianças e jovens. Eles têm a cabeça, o cérebro e a espessura do crânio menor, e maiores parâmetros elétricos e de frequência na multiplicação das células, fatores que aumentam os níveis de radiação e, por consequência, a suscetibilidade a problemas."

No relatório, Christopher Wild, diretor da Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer da OMS, comenta que, dadas as consequências destas descobertas para a saúde pública, "é importante que pesquisas adicionais sejam conduzidas" e, dependendo das informações coletadas, seria importante tomar medidas que reduzissem a exposição.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 492/2011

Projeto de Lei nº 492/2011.

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Estabelece que as Operadoras de Telefonia Celular e os Fabricantes de Aparelhos Celulares e Acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de Danos à Saúde.

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO À SAÚDE. ALERTA EM PROPAGANDA DAS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR ACERCA DA POSSIBILIDADE DE DANOS A SAÚDE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO A SAÚDE E AOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES, ARTS. 24, VIII E XII, DA CF. EXIGÊNCIAS DO ART. 82, ECA. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA PLENA, ART. 24, §3º, DA CF. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade estabelecer que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde, tendo como objetivo informar os usuários sobre os danos causados a saúde pelo uso destes aparelhos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito da obrigatoriedade de fazer alertas aos usuários de aparelhos celulares e acessórios a respeito da possibilidade do uso excessivo causar danos a saúde, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da proteção a saúde e responsabilidade por danos causados ao consumidor, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifo nosso).

Diante da inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa plena a respeito do assunto, conforme estabelece os parágrafos do artigo 24, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, resta claro que o presente projeto trata de matéria a ser disciplinada pelo Estado do Paraná, de forma plena diante da inexistência de legislação federal. Logo, o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, merecendo prosperar nesta casa de leis.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de CONSTITUCIONALIDADE, opina-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 492/2011

Projeto de Lei nº 492/2011

Autor: Deputado Ney Leprevost

Ementa: Estabelece que as operadoras de telefone celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, Estabelece que as operadoras de telefone celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Saúde. E a análise da matéria, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Projeto de Lei nº 492/2011, vem ao encontro do interesse público que norteiam as ações impostas pelos órgãos de administração pública do Estado. Pois, ao se tratar de um assunto que irá prevenir e prever possíveis males a saúde do cidadão, em especial os que se utilizam de celulares constantemente.

Apenas para reforçar o interesse público imposto pelo Projeto de Lei ora em análise, a Organização Mundial da Saúde publicou no último dia 31 maio de 2011, os resultados de um estudo global sobre o impacto do uso de aparelhos celulares à saúde. Foram encontradas evidências que possibilitam categorizar a exposição aos aparelhos como "possivelmente carcinogênica a humanos. Onde um diversificado time de 31 cientistas de 14 países tomou a decisão de emitir o alerta junto à organização após a conclusão de uma série de estudos que relacionam a segurança de consumo em relação aos aparelhos.

Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas nos dispositivos do Projeto de Lei nº 492, de 2011, vem ao encontro do interesse público de nossa população.



III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 492/2011 na sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 492/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **deliberação e aprovação** do referido projeto em tela.

26/09/11

Dr. Batista
Presidente Comissão

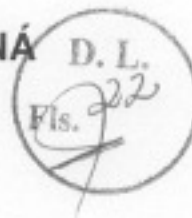
Adelino Ribeiro Silva
Relator

Prof. Leão

PR. Edson

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adellno Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 492/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Ney Leprevost a obrigatoriedade legal de "que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion, Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que não se trata de uma possibilidade, mas de uma exigência legal o pleno acesso do consumidor à tais informações, ainda mais em se tratando de bem de uso de larga escala, o que poderá vir a evitar a ocorrência de danos ao consumidor, haja vista que, existem significativos estudos científicos que atestam a possibilidade de que o uso de telefones celulares causem câncer.

Assim, é o parecer FAVORÁVEL ao regular prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei 492/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

DEPUTADO PARANHOS

Presidente

DEPUTADO NEREU MOURA

Relator

Assinaturas manuscritas:
Pedro Lupion
Péricles de Mello



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI Nº 492/11

PROJETO DE LEI Nº 492/11

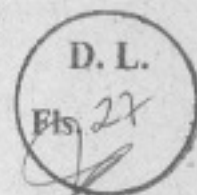
AUTOR: DEPUTADO NEY LEPREVOST

SÚMULA: ESTABELECE QUE AS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR E OS FABRICANTES DE APARELHOS CELULARES E ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE DANOS À SAÚDE

EMENTA: ESTABELECE QUE AS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR E OS FABRICANTES DE APARELHOS CELULARES E ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE DANOS À SAÚDE

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



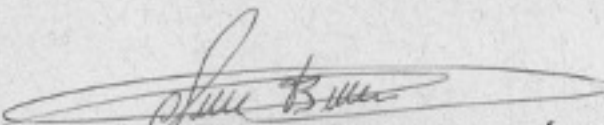
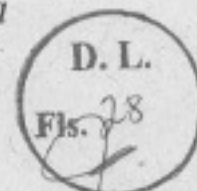
PREÂMBULO

O PRESENTE PROJETO DE LEI DO
DEPUTADO NEY LEPREVOST
ESTABELECE QUE AS
OPERADORAS DE TELEFONIA
CELULAR E OS FABRICANTES DE
APARELHOS CELULARES E
ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO
ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO
ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A
POSSIBILIDADE DE DANOS À
SAÚDE

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**
do presente Projeto de Lei na forma com emenda sugerida,
por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais,
legais e de técnica legislativa.

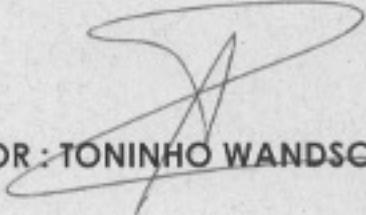
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



A handwritten signature in dark ink, appearing to read "André Bueno", is written over the printed name below.

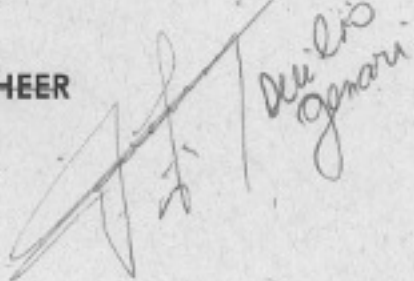
PRESIDENTE DEPUTADO ANDRÉ BUENO.

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.



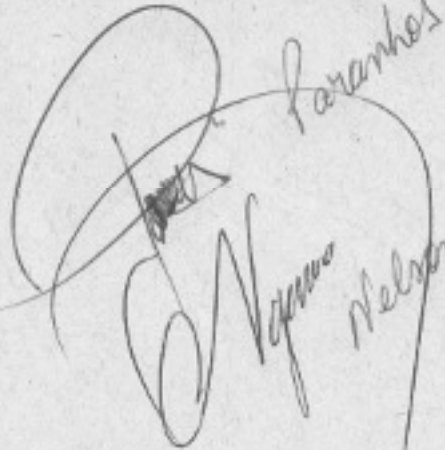
A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Toninho Wandscheer", is written over the printed name below.

RELATOR : TONINHO WANDSCHEER



A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Milton Jacari", is written to the right of the Relator's name.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.



A large, stylized handwritten signature in dark ink, appearing to read "Nelson Garcia", is written over the printed name below.

Nelson Garcia



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 824/11

SÚMULA: Cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criada uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, acrescentando ao art. 263, o inciso XXX, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263.

I -.....

(...)

XXX – na Comarca de Cruzeiro do Oeste:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

(...)”

Art. 2.º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito, de entrância intermediária, na Comarca de Cruzeiro do Oeste, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, modificando os Anexos V e IX (tabela 1), da Lei referida no artigo 1.º.

Art. 3.º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste, de entrância intermediária, criada por esta Lei, passa a integrar os Anexos IV e VIII, da Lei referida no artigo 1.º, com jurisdição nas seguintes Comarcas:

- | | |
|--------|------------------------|
| I. | -Alto Piquiri; |
| II. | -Altônia; |
| III. | -Campo Mourão; |
| IV. | -Cianorte; |
| V. | -Cidade Gaúcha; |
| VI. | -Cruzeiro do Oeste; |
| VII. | -Goioerê; |
| VIII. | -Guaíra; |
| IX. | -Icaraíma; |
| X. | -Iporã; |
| XI. | -Loanda; |
| XII. | -Mamborê; |
| XIII. | -Peabiru; |
| XIV. | -Pérola; |
| XV. | -Santa Isabel do Ivaí; |
| XVI. | -Terra Roxa; |
| XVII. | -Umuarama; |
| XVIII. | -Xambrê; |

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

8145 / OAP

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, visando, unicamente, a criação de uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, conforme consta no protocolado sob nº 172.186/2009 e apensos.

É de amplo conhecimento que os problemas carcerários que se avolumam em ritmo crescente, estão a exigir a adoção de medidas concretas, tanto no que diz respeito à ampliação e aperfeiçoamento da estrutura prisional do Estado, quanto à descentralização do sistema de execução de penas; bem como em virtude de:

- 1) grande número de feitos autuados;
- 2) competência sobre elevado número de comarcas;
- 3) reduzido quadro funcional; e
- 4) reduzido espaço físico.

A jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, abrangerá as Comarcas que integram parcialmente as 23ª, 29ª e 37ª Seções Judiciárias e totalmente as 25ª, 27ª, 30ª e 50ª Seções Judiciárias, com o desmembramento da Vara de Execuções Penais da Comarca de Maringá, perfazendo um total de dezoito (18) comarcas (art. 3.º do anteprojeto).

A proposição em comento, além de manifestação favorável da douta Corregedoria-Geral da Justiça, contou com a aprovação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, por unanimidade de votos, em sessão realizada no dia 12/09/2011, bem como com a aprovação, igualmente por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 14/10/2011.

Outrossim, as alterações que este anteprojeto de lei pretende introduzir no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, se mostram imprescindíveis à necessária fixação dos limites territoriais, de competência jurisdicional, de cada uma das oito (8) Varas de Execuções do Estado, as quais constam do Anexo VIII da mencionada Lei Estadual 14.277/2003, incluindo-se, agora, a Vara a ser criada por esta lei, perfazendo um total de nove (9) VEPs.

A criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste (art. 1º do anteprojeto de lei), altera os Anexos IV e VIII da Lei Estadual 14.277/2003.

A criação do cargo de magistrado (art. 2º do anteprojeto de lei), modifica os Anexos V e IX (tabela 1) da referida Lei Estadual 14.277/2003.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, corresponde à criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária (custo anual aproximado de R\$ 380.000,00), bem como o preenchimento de cargos de analistas e de técnicos judiciários (custo anual aproximado de R\$ 530.000,00) para o desempenho das funções, cujos valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

CRUZEIRO DO OESTE - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL
Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família
Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
Juizado Especial Cível e Criminal
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
1º Tabelionato de notas
2º Tabelionato de notas
Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas e o Tabelionato de protesto de títulos
1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais
2º Serviço de registro de imóveis
SERVIÇO DISTRICTAL
Serviço distrital de Matrizes
Serviço distrital de Teneiras do Oeste
Serviço distrital de Tapejara
Serviço distrital de Marabá

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....									
Cruzeiro do Oeste	Interm.			3		1	4		
.....									

[Handwritten signature]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS
ANEXO VIII

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FOZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDRINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE CRUZEIRO DO OESTE	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Amirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Barracão	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andirá	Alto Paraná	Alto Piquiri	Arapoti
2	Antonina	Capitão Leônidas Marques	Capanema	Formosa do Oeste	Catiagalo	Apucarana	Astorga	Altônia	Castro
3	Araucária	Cascavel	Chopinzinho	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arapongas	Barbosa Ferraz	Campo Mourão	Curiúva
4	Bocaiuva do Sul	Catanduvas	Coronel Vivida	Marechal Cândido Rondon	Irati	Assai	Colorado	Cianorte	Imbituva
5	Campina Grande do Sul	Clevelândia	Dois Vizinhos	Matelândia	Iretama	Bandeirantes	Engenheiro Beltrão	Cidade Gaúcha	Ipiranga
6	Campo Largo	Corbélia	Francisco Beltrão	Medianeira	Mallet	Bela Vista do Paraíso	Jandaia do Sul	Cruzeiro do Oeste	Jaguariaíva
7	Cerro Azul	Guaraniaçu	Marmeleiro	Patotina	Manoel Ribas	Cambará	Mandaguai	Goioerê	Ortigueira
8	Colombo	Laranjeiras do Sul	Pato Branco	Santa Helena	Palmital	Camé	Mandaguai	Guaira	Palmeira
9	Curitiba	Mangueirinha	Realeza	São Miguel do Iguaçu	Pinhão	Carópolis	Mariaiva	Icaraima	Piraí do Sul
10	Fazenda Rio Grande	Palmas	Salto do Lontra	Toledo	Pitanga	Centenário do Sul	Maringá	Iporã	Ponta Grossa
11	Guaratuba	Quedas do Iguaçu	Santo Antônio da Sudaste	Ubiratã	Prudentópolis	Congonhinhas	Nova Esperança	Loanda	Sengés
12	Lapa	Toledo			Rebouças	Cornélio Procopio	Nova Londrina	Mamborê	Souerra Campos
13	Matinhos				Reserva	Faxinal	Paraisópolis do Norte	Peabiru	Teixeira Soares
14	Morretes				São João do Triunfo	Grandes Rios	Paranacity	Pérola	Telêmaco Borba
15	Paranaguá				São Mateus do Sul	Itaiti	Paranaval	Santa Izabel do Ivaí	Tibagi
16	Pinhais	•			União da Vitória	Ibiporã	Santa Fé	Terra Roxa	Tomazina
17	Piraquara					Ivaiporã	São João do Ivaí	Umuarama	Wenceslau Braz
18	Rio Branco do Sul					Jacarezinho	Sarandi	Xambê	
19	Rio Negro					Jaguapitã	Terra Boa		
20	São José dos Pinhais					Joaquim Távora	Terra Rica		
21						Londrina			
22						Marlândia do Sul			
23						Nova Fátima			
24						Porecatu			
25						Primeiro de Maio			
26						Ribeirão Claro			
27						Ribeirão do Pinhal			
28						Rolândia			
29						Santa Mariana			
30						Santo Antônio da Platina			
31						São Jerônimo da Serra			
32						Sertãozinho			
33						Uraí			

D. L.
Fls. 07

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

criação e extinção de cargos - ANEXO IX

CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
..... Cruzeiro do Oeste			1				1

[Handwritten signature]





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

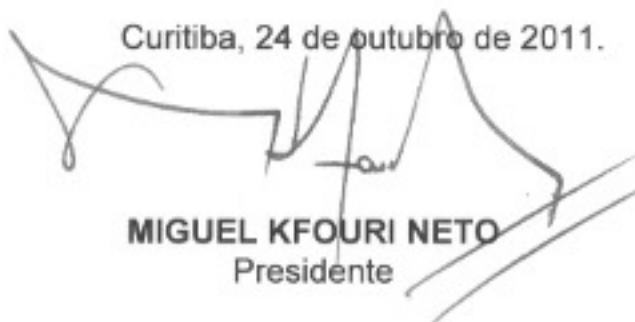
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

1º Secretário

Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1.444/2011-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 824/11

Projeto de Lei nº. 824/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA NA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, alterando a Lei Estadual nº. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembléia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de Outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 824/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1444/11, com o objetivo de criar a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Preliminarmente ressaltamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Informa ainda o autor que o impacto financeiro da presente proposta, corresponde à criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária com custo anual aproximado de R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), bem como o preenchimento de cargos de analistas e de técnicos judiciários com custo anual aproximado de R\$530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) para o desempenho das funções, cujos valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

Ressalta-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes com o Projeto em tela possui adequação com a lei orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR






Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI~~ Nº 827/11

EMENTA: Cria a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho na Comarca de Cascavel, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso I do artigo 256 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido da alínea 'c', com a seguinte redação:

"Art. 256. Fica criado nas Comarcas de entrância final o seguinte:

I – na Comarca de Cascavel:

a) (...)

...

c) a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho."

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância final, para a Comarca de Cascavel.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX Tabela 1, da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

8140/DAP

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

.....	CASCADEL - Comarca de Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	3ª Vara Cível
	4ª Vara Cível
	5ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	3ª Vara Criminal
	1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
.....	

X



MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
.....							
Cascavel	Final			12	3	3	18
.....							

4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Jizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA						
ENTRÂNCIA FINAL						
Cascavel			4	1	2	7

D. L.
Fls. *g*



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho na Comarca de Cascavel, entrância final, conforme consta do protocolado de nº 322.488/2008, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta insere a alínea 'c' no inciso I no art. 256 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passando a Comarca de Cascavel a contar com cinco Varas Cíveis, três Varas Criminais, duas Varas de Família e Anexos, uma Vara da Infância e da Juventude, uma Vara de Execuções Penais, dois Juizados Especiais Cíveis e um Juizado Especial Criminal, e atenderá uma população de aproximadamente 298.793 habitantes e um total aproximado de 74.107 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara da Família e Acidentes do Trabalho implica em alteração da nomenclatura da 1ª Vara de Família daquela comarca, passando de 1ª Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial para 1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial. A alteração consta do Anexo IV da proposta de alteração legislativa.

A presente proposição foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 10 de outubro de 2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Os custos para a criação do cargo de Juiz de Direito, no valor anual aproximado de R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais) será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. Os custos com o preenchimento



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que irão compor a estrutura da Secretaria da Família ao valor anual aproximado de R\$ 789.300,00 (setecentos e oitenta e nove mil e trezentos reais), serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao período de setembro/2010 a agosto/2011, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 3,96% (três vírgula noventa e seis por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara de Família e Anexos na Comarca de Cascavel, de entrância final, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 24 de outubro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de outubro de 2011.
Of. nº 1433/2011-GP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

1º Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara de Família e Anexos da Comarca de Cascavel, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 827/11

Projeto de Lei nº. 827/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE CASCAVEL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fls. 20


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 827/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposta de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1433/11, com o objetivo de criar a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao estudar a proposta, exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em tela.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta, observamos que os para a criação do cargo de Juiz de Direito, no valor anual aproximado de R\$313.000,00 (trezentos e treze mil reais) que será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. Já com relação aos custos com o preenchimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que irão compor a estrutura da Secretaria da Família ao valor anual aproximado de R\$789.300,00 (setecentos e oitenta e nove mil e trezentos reais), que serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

A proposta vem ladeada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamento para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011, (Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Isto posto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO MARLA TURECK
RELATOR

